

MELPAPER S.A.

CGC Nº 00.020.540/0001-37

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 04 DE SETEMBRO DE 1995.

LOCAL E HORA: R. Tito, nº 479, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, às 8:30 (oito horas e trinta minutos).

MESA: Alfredo Weiszflog - Presidente.
Alfried Plöger - Secretário.

QUORUM: Acionistas representando mais de 2/3 do capital social com direito a voto.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE, COM ABSTENÇÃO DOS VOTOS DOS LEGALMENTE IMPEDIDOS.

Aprovado, nos termos da Proposta do Conselho de Administração de 25 de agosto de 1995, o seguinte:

1. Aprovada a 1ª emissão pública de debêntures simples, nominativas, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, no montante de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), para serem negociadas no mercado de balcão, observados os requisitos, condições e características previstas nas cláusulas seguintes, nas quais a sociedade, para todos os efeitos, aparecerá com a designação de EMISSORA.

I

DOS REQUISITOS A SEREM VERIFICADOS

Os requisitos a serem observados na emissão ora deliberada são os seguintes:

1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma das Leis nºs. 6.385, de 07 de dezembro de 1976 e 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2. Arquivamento da Ata da Assembléia Geral Extraordinária

A Ata da presente Assembléia Geral Extraordinária será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

3. Registro da Escritura de Emissão

A Escritura de Emissão, doravante denominada “Escritura”, por instrumento particular, será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

4. Delegação

A eventual deliberação, no que tange às condições das debêntures constantes dos incisos VI a VIII do Art. 59 da Lei nº 6.404/76, fica delegada ao Conselho de Administração da EMISSORA.

II

DA EMISSÃO

As seguintes características serão observadas na presente emissão:

1. Data de Emissão:

Para todos os efeitos legais, especialmente para o cálculo dos acréscimos financeiros e dos prazos de vencimento, a data de emissão das debêntures será 01 de setembro de 1995.

2. Valor Total da Emissão:

O valor total da emissão, tendo como referência a data de 01 de setembro de 1995, será de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

3. Quantidade de Títulos e Valor Nominal Unitário:

Serão emitidas 3.000 (três mil) debêntures, com valor nominal unitário, na data da emissão, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

4. Séries:

A emissão será efetuada em série única.

5. Prazo e Data de Vencimento:

As debêntures serão emitidas por um prazo total de 03 (três) anos, a contar da data da sua emissão. O vencimento das debêntures desta emissão será em 01/09/98.

6. Forma e Tipo:

As debêntures serão nominativas, não endossáveis e não conversíveis em ações.

7. Espécie e Garantia Complementar:

As debêntures serão da espécie com garantia flutuante.

A EMISSORA se compromete a, a partir da data de emissão das debêntures, ou seja, 01 de setembro de 1995, não constituir, a favor de seus credores, presentes e futuros, qualquer tipo de garantia real sobre seus ativos hoje existentes, com exceção da constituição de garantia de caução de duplicatas, que poderá ser feita a qualquer momento, por qualquer valor, a critério exclusivo da EMISSORA, ou da renovação de garantias já constituídas em virtude de prorrogações de contratos firmados em data anterior à presente emissão. Na hipótese de a EMISSORA vir a adquirir novos ativos, sobre estes não pesará o compromisso ora firmado, desde que estes novos ativos não sejam adquiridos com o produto da alienação ou mediante permuta dos ativos existentes na data de emissão das debêntures.

8. Forma de Pagamento:

O preço de subscrição das debêntures será pago à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

9. Negociação:

A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

10. Atualização Monetária:

O valor nominal das debêntures será atualizado monetariamente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Economia - IBRE, da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, sendo que o produto da atualização agregar-se-á ao valor nominal para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação prevista na Escritura.

10.1. A apuração do montante das obrigações ou eventos que se devam liquidar em datas intermediárias que não correspondam ao primeiro dia útil bancário de cada mês, ou ainda na hipótese de o IGPM aplicável não ser de conhecimento público, será utilizado o IGPM referente ao mês imediatamente anterior ao da atualização monetária, calculado exponencialmente "pro-rata-temporis", para o período compreendido entre o primeiro dia útil do mês em questão e o pagamento da obrigação ou evento, conforme o disposto no "caput" deste item.

10.2. Na hipótese de extinção do IGPM ou se pela superveniência de normas legais ou regulamentares, aquele não mais puder ser utilizado para atualização das obrigações ou eventos em questão, ou ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas obrigações ou eventos, os novos índices de reajuste monetário ou referidas alterações dos critérios de aplicação do IGPM serão, desde logo, automaticamente, aplicáveis a esta emissão. Não havendo determinação legal para substituição do IGPM, o AGENTE FIDUCIÁRIO

convocará Assembleia dos Debenturistas para deliberar sobre a proposta da EMISSORA a respeito da substituição necessária.

11. Remuneração:

11.1. - JUROS REMUNERATÓRIOS: Às debêntures desta emissão serão conferidos juros efetivos, pagos semestralmente, que serão sempre calculados exponencialmente por dias decorridos a partir da data de emissão ou, se ocorrido vencimento, da data do último vencimento de juros, e incidentes sobre o valor nominal atualizado. As datas de vencimentos de juros serão 01/03/96, 01/09/96, 01/03/97, 01/09/97, 01/03/98 e 01/09/98.

11.2. - No período de 12 (doze) meses contados da data de emissão das debêntures, ou seja, de 01/09/95 a 01/09/96 - “Primeiro Período de Incidência da Taxa de Juros” -, a taxa de juros aplicável às debêntures será de 12% (doze por cento) ao ano. Ao final deste Período, a EMISSORA estabelecerá, na forma do disposto no item 12 abaixo, o prazo do período de incidência de juros subsequente, a taxa a incidir nesse período e as novas condições de repactuação, se for o caso.

11.3. - Para todos os efeitos de cálculo deste instrumento, o ano será de 360 dias.

FÓRMULA PARA JUROS REMUNERATÓRIOS NO PRIMEIRO PERÍODO DE INCIDÊNCIA DE JUROS

$$j = VNA \times [(1,12)^{\frac{n}{360}} - 1], \text{ onde:}$$

j = valor dos juros a ser pago por debênture;

n = número de dias decorridos entre a data da emissão, ou do último pagamento de juros, e a data de pagamento de juros em questão;

VNA = Valor Nominal da Debênture Atualizado, onde:

$VNA = VNO \times IGPM$, onde:

VNO = Valor Nominal da Debênture na data da emissão;

$IGPM$ = fator de variação acumulada do IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado), desde a data da emissão até a data do pagamento dos juros em questão.

11.4 - PRÊMIO: fica, desde já, definido que, para todo o período de vigência da emissão das debêntures, compreendido entre a data de subscrição e a data de vencimento, as debêntures farão jus a um prêmio anual, a ser pago nas seguintes datas: 01/09/96, 01/09/97 e 01/09/98.

11.5. - No período entre a data de subscrição das debêntures e a data de pagamento do prêmio - “Primeiro Período de Incidência de Prêmio” -, o valor do prêmio pago às debêntures corresponderá à diferença positiva, se houver, obtida através da fórmula abaixo apresentada.

Ao final deste Período, a EMISSORA estabelecerá, na forma do disposto no item 12 abaixo, o prazo do período de incidência de prêmio subsequente, a fórmula de cálculo do prêmio a ser pago nesse período e as novas condições de repactuação, se for o caso.

FÓRMULA PARA CÁLCULO DO PRÊMIO NO PRIMEIRO PERÍODO DE INCIDÊNCIA DE PRÊMIO

$P = VN_s \times FP - VNA - J_i$, onde:

P = valor do prêmio a ser pago por debênture;

VN_s = valor nominal da debênture, atualizado monetariamente conforme item 10 desta cláusula, acrescido de juros desde a data da emissão até a data da subscrição;

VNA = valor nominal da debênture, atualizado monetariamente, desde a data da emissão até a data do pagamento do prêmio, conforme item 10 desta cláusula;

J_i = juros totais do período compreendido entre a data de emissão e a data de pagamento do prêmio;

FP = fator de apuração do prêmio, de acordo com o maior dos seguintes parâmetros:

a) $FP = \pi FA_i$, onde:

$$FA_i = [(1 + A_i) \times (1 + S)]^{D/360}, \text{ onde:}$$

FA_i = fator de capitalização individual para cada sub-período;

πFA_i = fator de variação acumulada, obtido pela multiplicação dos fatores de capitalização individuais e consecutivos, referentes a cada um dos "sub-períodos" de incidência da taxa ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Desenvolvimento), para depósitos bancários a prazo do tipo mais negociado, pré ou pós fixada, acrescida (capitalizada) de "spread" anual, conforme definido abaixo, calculado exponencialmente por dias decorridos;

A_i = taxa ANBID, na forma decimal, sempre referenciada em termos anuais, do primeiro dia útil do respectivo sub-período;

S = "spread" fixado em 2% ao ano para o primeiro período de prêmio;

D = número de dias corridos do prazo do respectivo sub-período, sendo equivalente ao determinado pela taxa ANBID definida como A_i . O primeiro sub-período iniciar-se-á na data da subscrição. Cada período de apuração de prêmio será composto de tantos sub-períodos quantos forem necessários para cobrir seu prazo total. Caso o primeiro dia de um determinado período ou sub-período de apuração de prêmio não coincida com um dia útil, o prazo válido para FA_i será contado, de qualquer maneira, a partir deste primeiro dia e respeitado o prazo determinado por A_i , acrescido do menor número de dias necessários para que o seu vencimento se dê em dia útil. Se a taxa ANBID mais negociada for do tipo pós fixado, à taxa

Ai deverá ser agregada a variação acumulada de seu respectivo fator de atualização para o sub-período em questão. Na falta de divulgação da taxa ANBID em questão (Ai), será utilizada a última taxa ANBID divulgada dentro do período de até 15 (quinze) dias corridos que anteceder a data do primeiro dia útil do respectivo sub-período. Persistindo a ausência de divulgação da taxa ANBID, será utilizada a média aritmética das taxas de captação dos certificados de depósito a prazo, pós ou pré fixados, obtida pelo Agente Fiduciário, para lotes de valor equivalente a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), que será mensalmente atualizado pelo IGPM, a partir da data de emissão, junto às seguintes instituições: Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco Itaú S.A. O prazo do último sub-período de cada período de apuração de prêmio será ajustado de tal maneira que o seu vencimento coincida com a data de início do novo período de apuração de prêmio. Caso a divulgação da taxa ANBID seja referenciada a prazo diferente de 360 dias, esta taxa deverá ser ajustada de forma a refletir a base de 360 dias; e

$$Di/360$$

b) $FP = [(1 + I) \times (1 + Si)]^{Di/360}$, onde:

I = fator de variação acumulada do IGPM (“Índice de Geral de Preços de Mercado”), desde a data de subscrição até a data de pagamento do prêmio. No caso de a data de subscrição não corresponder ao primeiro dia útil do mês, a variação do IGPM para o primeiro mês do Período de Incidência do Prêmio será calculada pro-rata.

Si = “spread” fixado em 25% ao ano;

Di = número de dias decorridos desde a data da subscrição das debêntures até a data do pagamento do prêmio.

12. Repactuação e aquisição obrigatória (opção de venda dos debenturistas):

12.1. - As condições de taxa de juros e pagamento de prêmio estabelecidas no item 11 serão válidos pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de emissão das debêntures, após o qual a EMISSORA estabelecerá novas condições de remuneração das debêntures.

12.2. - O Conselho de Administração da EMISSORA deliberará sobre as novas condições de remuneração, tais como o prazo do próximo “Período de Incidência da Taxa de Juros”, e “Período de Incidência de Prêmio”, a taxa de juros e a sua forma de apuração e o prêmio se houver, inclusive o de permanência, se julgar necessário, bem como da época de seu pagamento.

12.3. - As deliberações do Conselho de Administração sobre as condições de repactuação serão publicadas pela EMISSORA, por dois dias consecutivos, sendo a última publicação no 8º (oitavo) dia útil imediatamente anterior ao dia da referida repactuação.

12.4. - A EMISSORA obriga-se a adquirir a totalidade das debêntures em circulação, relativas à presente emissão, à opção dos debenturistas que não aceitarem as condições de qualquer repactuação, pelo seu valor nominal atualizado monetariamente, acrescido de juros e prêmio, se houver. As debêntures adquiridas desta forma poderão, a qualquer tempo, ser mantidas em tesouraria ou vendidas a terceiros..

12.5. - Para efeito do disposto no item 12.4 anterior, os debenturistas terão o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da primeira publicação mencionada no item 12.3 para que exerçam a sua opção de venda de seus títulos à Sociedade, cujos procedimentos serão divulgados no aludido aviso.

13. Preço de Subscrição:

Para os efeitos da presente emissão de debêntures, o preço de subscrição de cada debênture é o valor nominal atualizado monetariamente até o dia da subscrição, conforme o item 10 desta cláusula, acrescido de juros, calculados exponencialmente, por dias corridos, desde a data da emissão até a data da subscrição nos termos dos itens 11.1, 11.2 e 11.3 desta cláusula.

14. Procedimento da Distribuição:

Para a colocação pública das debêntures será adotado o procedimento diferenciado, conforme previsto no art. 33 da Instrução CVM nº 13 de 30/09/80.

15. Resgate Antecipado Facultativo:

As debêntures objeto desta emissão poderão ser resgatadas antecipadamente, a critério exclusivo da EMISSORA, sempre na sua totalidade, mediante pagamento em moeda corrente nacional. Para tanto a EMISSORA deverá comunicar o resgate aos debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, mediante publicação de aviso no jornal "Gazeta Mercantil" - Edição Nacional. O resgate antecipado dar-se-á necessariamente no primeiro dia útil do mês. Na ocasião do resgate serão pagos rendimentos acumulados desde o último pagamento.

16. Aquisição facultativa:

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu valor nominal atualizado, acrescido de juros e de prêmio, se houver, observado o disposto no art. 55 da Lei 6404/76. As debêntures adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou alienadas no mercado.

17. Local de pagamento:

Os pagamentos referentes ao valor nominal, atualização monetária e rendimentos a que fazem jus as debêntures objeto desta emissão, serão efetuados por intermédio do Sistema da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - Cetip, ou na sede da Sociedade ou Instituição Depositária de Custódia, na hipótese de o debenturista não estar vinculado ao Sistema.

18. Prorrogação dos prazos:

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com o dia em que não houver expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

19. Encargos moratórios - Multa e juros de mora:

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso, vencidos e não pagos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, ficarão sujeitos a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 10% (dez por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, além da atualização monetária, juros remuneratórios e prêmio, calculados exponencialmente pro-rata-temporis desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

20. Decadência dos direitos aos acréscimos:

O não comparecimento do debenturista para receber o valor colocado à sua disposição, correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas para tanto especificadas, não lhe dará o direito ao recebimento de juros, prêmios e atualização monetária no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

21. Extinção dos direitos aos acréscimos:

As debêntures após seu vencimento final ou vencimento antecipado não mais farão jus à atualização monetária ou aos rendimentos previstos nesta escritura, assegurados os direitos adquiridos até a data da ocorrência de um dos referidos eventos.

22. Vencimento antecipado:

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento do valor total atualizado das debêntures em circulação, acrescido de rendimentos, calculados pro-rata-temporis, por dias decorridos do último pagamento, independentemente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, mediante simples comunicação escrita dirigida à EMISSORA com 10 (dez) dias de antecedência, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

- a. protestos reiterados de títulos contra a EMISSORA, que possa afetar substancialmente a sua condição financeira, salvo se efetuados por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela EMISSORA, ou se for cancelado no prazo de 72 (setenta e duas) horas da sua ocorrência;
- b. pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA;
- c. falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação, não sanada em 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
- d. decisão judicial determinando o vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da EMISSORA;

23. Publicidade:

Todos os atos e decisões relevantes definidos pela CVM e decorrentes desta emissão que, de qualquer forma vierem a envolver, direta ou indiretamente, interesse dos debenturistas, deverão ser publicados na forma de "aviso aos debenturistas" no jornal "Gazeta Mercantil" - Edição Nacional.

24. Vencimento Final e Liquidação das Debêntures:

Por ocasião do vencimento final da Emissão, a EMISSORA obriga-se a proceder à liquidação das debêntures pelo seu valor nominal, atualizado monetariamente e acrescido dos rendimentos.

25. Certificados de Debêntures:

A EMISSORA poderá emitir certificados de debêntures, que serão entregues aos debenturistas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a solicitação.

Fica a Administração da Sociedade autorizada a praticar todos os atos necessários à formalização da emissão objetivada, tais como celebrar a respectiva Escritura de Emissão, contratar o Agente Fiduciário, fixando-lhe os honorários e contratar as instituições financeiras que intermediarão a operação, podendo, para tanto, celebrar os respectivos contratos, ajustando cláusulas e condições, bem assim a respectiva remuneração.

Esgotada a ordem do dia, foi oferecida a palavra a quem dela quizesse fazer uso. Como ninguém se manifestou, foi ecerrada a sessão, lavrando-se a presente Ata, que foi lida, aprovada e assinada pelos Senhores Acionistas e membros da mesa.

DOCUMENTOS ARQUIVADOS: Ficou arquivada na Companhia autenticada pela mesa da Assembléia a proposta do Conselho de Administração.

São Paulo, 04 de setembro de 1995.
